

**XXX CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI FORTALEZA - CE**

**DIREITO, GLOBALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE
NAS RELAÇÕES DE CONSUMO**

ANDRINE OLIVEIRA NUNES

EDITH MARIA BARBOSA RAMOS

RICARDO PINHA ALONSO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito, globalização e responsabilidade nas relações de consumo [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Andrine Oliveira Nunes; Edith Maria Barbosa Ramos; Ricardo Pinha Alonso. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-812-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito e Globalização. 3. Responsabilidade nas relações de consumo. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE DIREITO, GLOBALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Apresentação

Os trabalhos apresentados se relacionam com as pesquisas cuja temática envolve os estudos sobre “Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo” e foram apresentados no Grupo de Trabalho, no XXX Congresso Nacional do CONPEDI, em Fortaleza, no dia 17 de novembro de 2023. Os trabalhos renderam debates profundos e profícuos, valendo a leitura de cada linha e cada provocação que apresentam.

São dezesseis artigos que, em grande medida, contém reflexões no sentido de reconhecer a necessidade de proteção do consumidor no ambiente tecnológico e ainda pouco conhecido, especialmente quanto aos efeitos que podem atingir negativamente as relações de consumo e o próprio consumidor, destinatário da proteção jurídica, inclusive de índole constitucional.

Destacam-se entre os excelentes trabalhos, várias pesquisas em que são analisadas a publicidade enganosa na internet e os impactos que produzem nas relações consumeristas.

Outro eixo também contou com vários trabalhos, qual seja, a necessidade da proteção de dados do consumidor no ambiente digital. Nesse sentido, trabalhos abordam a importância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e sua efetiva implementação.

Também há trabalhos voltados à análise da proteção ao consumidor contra práticas conhecidas como obsolescência programada, com estudos jurisprudenciais a respeito dessas práticas, em especial, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que revelam a necessidade de avanços de compreensão e aplicação do instituto. Nesse mesmo sentido, a leitura dos textos permitirá a percepção da necessidade de cuidado com o meio ambiente, degradado pelo excesso de resíduos sólidos e a proposição de uma economia circular, com aplicação de mecanismos da lógica reversa, reciclagem e reutilização.

A inovação também esteve presente, e isso se constata com trabalhos em que se pode vislumbrar a relação entre a economia disruptiva, o consumismo do compartilhamento e as relações de consumo. Tecnologias surgem a todo o momento permitindo novas formas de relações de consumo a chamar a atenção do pesquisador. Também como resultado da tecnologia, surgem os influenciadores digitais como elementos de alterações nas relações de consumo, especialmente no tocante à responsabilidade desses novos agentes de mercado.

A necessária atenção para a regulamentação da personalização algorítmica também se faz presente, tanto quanto com a Teoria do Desvio Produtivo, da autodeterminação informativa nos contratos “on line”.

Por fim, registre-se que o fenômeno do superendividamento teve espaço na presente obra com abordagem peculiar e propositiva.

Todos os temas apresentados, sob óticas distintas, deitam preocupação com a realidade que se impõe diante de todos, de vivermos diante de instrumentos tecnológicos fornecidos pela internet e as conexões que a rede proporcionou, com muitos efeitos positivos e, naturalmente, com outros que preocupam as sociedades modernas.

É necessário reconhecer que as relações pessoais, sociais, empresariais e públicas sofreram, nas últimas décadas, profundos impactos provenientes de sistemas e instrumentos tecnológicos e inovadores. E, tal movimento disruptivo continua em curso como novas ferramentas surgindo a cada dia, a cada hora. A importância dos trabalhos apresentados é inegável na medida em que levantam questões relevantíssimas diante de novo e, em parte, desconhecido mundo em que vivemos.

Os trabalhos são ricos e tratam com a devida profundidade questões de extrema importância teórica e prática da otimização das relações pessoais, negociais e profissionais no mundo que passa por constantes e abismais mudanças. Recomendamos, pois, a leitura atenta dos trabalhos.

A LGPD E O DIREITO DO CONSUMIDOR: AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD)

LGPD AND CONSUMER LAW: ACADEMIC PRODUCTIONS IN THE BRAZILIAN DIGITAL LIBRARY OF THESES AND DISSERTATIONS (BDTD)

Renato Duro Dias ¹

Resumo

A presente pesquisa discute as interfaces entre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e o Direito do Consumidor a partir da análise das produções acadêmicas publicizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Neste sentido, faz-se um “estado da arte” daquilo que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de pesquisa do Brasil, procurando desvelar o desenvolvimento do campo do conhecimento jurídico com ênfase nas relações de consumo e a novel legislação protetiva no tratamento dos dados pessoais. A pesquisa exploratória possui abordagem qualitativa com análise de conteúdo baseada na coleta de dados da BDTD utilizando-se dos descritores “LGPD” e “Direito do Consumidor”, bem como uma breve revisão de literatura pautada no campo investigativo. Acredita-se que esta pesquisa, além de servir como objeto de reflexão crítica e de iniciação científica, poderá jogar luzes sobre estes novos campos tangenciais do conhecimento na área do direito e suas interfaces interdisciplinares.

Palavras-chave: Lgpd, Direito do consumidor, Bdttd, Análise de dados, Ibiect

Abstract/Resumen/Résumé

This research discusses the interfaces between the General Law for the Protection of Personal Data (LGPD) and Consumer Law based on the analysis of academic productions published in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT). In this sense, a "state of the art" is made of what integrates the information systems of theses and dissertations existing in research institutions in Brazil, seeking to reveal the development of the field of legal knowledge with emphasis on consumer relations and the new legislation protection in the processing of personal data. The exploratory research has a qualitative approach with content analysis based on data collection from the BDTD using the descriptors "LGPD" and "Consumer Law", as well as a brief literature review based on the investigative field. It is believed that this research, in addition to serving as an object of critical reflection and scientific initiation, will be able to shed light on these new tangential fields of knowledge in the field of law and their interdisciplinary interfaces.

¹ Vice-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Professor da Faculdade de Direito, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado em Direito e Justiça Social (FURG).

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Lgpd, Consumer law, Bdtd, Data analysis, Ibict

Introdução

A presente pesquisa¹ discute as interfaces entre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e o Direito do Consumidor a partir da análise das produções acadêmicas publicizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Neste sentido, faz-se um “estado da arte” daquilo que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de educação superior do Brasil, procurando desvelar o desenvolvimento do campo do conhecimento jurídico com ênfase nas relações de consumo e a novel legislação protetiva no tratamento dos dados pessoais.

Esta investigação trata-se de recorte de um estudo mais amplo que objetiva entender os alcances da LGPD em diversas áreas do direito e, para tal, neste resumo realiza-se um cotejamento sobre estas duas categorias analíticas: consumo (Direito do Consumidor) e proteção de dados pessoais (LGPD).

A pesquisa exploratória possui abordagem qualitativa com análise de conteúdo baseada na coleta de dados da BDTD utilizando-se dos descritores “LGPD” e “Direito do Consumidor”, bem como uma breve revisão de literatura pautada no campo investigativo. Tendo em vista os estudos relacionados, procura-se apresentar os principais elementos das produções acadêmicas mapeadas, suas contribuições e, a partir dos subsídios nelas contidos apontar as perspectivas crescentes nas áreas de interesse destas temáticas.

Acredita-se que esta pesquisa, além de servir como objeto de reflexão crítica e de iniciação científica, poderá jogar luzes sobre estes novos campos tangenciais do conhecimento na área do direito e suas interfaces interdisciplinares.

Os dados das produções acadêmicas sobre LGPD e Direito do Consumidor na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Para a presente pesquisa escolheu-se recolher dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), organismo que desenvolve e coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A BDTD integra os

¹ A presente pesquisa foi construída a partir de coleta de dados realizada por estudante de iniciação científica.

sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

Optou-se pela BDTD porque, ao contrário do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, ela possui um acervo com total disponibilidade de dados, incluindo a íntegra dos textos das produções acadêmicas, além de ser um campo de busca que favorece a mineração de dados, especialmente para quem está no desenvolvimento de atividades de pesquisa, elaboração de novos recortes e paradigmas científicos.

A BDTD permite, assim, maior visibilidade à produção científica nacional, o que a torna um excepcional banco de dados para investigações qualitativas e quantitativas, já que explicita com amplo detalhamento os critérios de busca, articulando indexadores, categorias de análise e conteúdos do recorte pretendido.

Em termos metodológicos, na primeira busca avançada, utilizou-se dos termos: “LGPD” e “Direito do Consumidor” no espaço “Todos os campos”, o que apresentou um conjunto significativo de investigações, dezessete (17) no total, sendo algumas delas distantes do que se pretendia recortar. A fim de refinar os parâmetros da pesquisa, num segundo momento, colocou-se “LGPD” no espaço “Todos os campos” e “Direito do Consumidor” em “Assunto”, o que possibilitou a presença de seis (06) produções acadêmicas de relevo, como se vê o detalhamento nos Anexosⁱ, todas concluídas no período compreendido entre os anos de 2020 e 2022. Neste aspecto, cabe salientar a atualidade do tema e do recorte, dado que a LGPD foi publicada em 2018, razão pela qual se compreende a delimitação de investigações realizadas em nível de mestrado. Para efeitos deste estudo nominaremos as dissertações de mestrado a partir de suas autorias, conforme se apresentam na BDTD e nos dados obtidos.

Quadro 1 - Produção acadêmica 1

Autor: Leandro Carvalho dos Santos lattes Silva.

Título: Desafios para o consumo sustentável de crédito: a tutela dos (hiper)vulneráveis entre o superendividamento e o cadastro (im)positivo.

Ano: 2020.

Instituição: Centro Universitário de João Pessoa.

Programa de pós-graduação: Mestrado.

Palavras-chave: Superendividamento, Consumidor, Concessão de crédito, Cadastro positivo, Inadimplência.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da BDTD, 2023.

Na pesquisa de Silva (2020), por exemplo, é analisado o superendividamento do consumidor, pessoa física, apontando a necessidade de uma tutela jurídica para combater esse fenômeno, cada vez mais, presente na sociedade. O contexto do estudo apresenta a relação entre o cadastro positivo e os postulantes ou concedentes de crédito, como um fator de redução de juros e do percentual de inadimplentes, destacando-se, assim, as vantagens do cadastro positivo para os sujeitos da relação creditícia, bem como sua influência na mudança de comportamento dos consumidores. O que aponta a relevância desta dissertação.

Quadro 2 - Produção acadêmica 2

Autor: Ricardo Garcia Amaral.

Título: VULNERABILIDADE SOCIAL NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: A algoritmização da vida cotidiana e a violação de direitos dos consumidores inseridos no filter bubble.

Ano: 2020.

Instituição: Universidade Federal de Pelotas.

Programa de pós-graduação: Mestrado.

Palavras-chave: Algoritmos. Inteligência Artificial. Filtro Bolhas. Consumidor. Violação Direitos. Privacidade. Liberdade de Escolha.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da BDTD, 2023.

Na investigação de Amaral (2020) analisa-se as consequências do avanço tecnológico na vida do consumidor nos dias de hoje, especialmente os que decorrem da Inteligência Artificial e a atuação dos algoritmos, o que possibilitou análise ads informações disponibilizadas na internet pelos consumidores. Segundo o estudo, as empresas conseguem

oferecer aos consumidores produtos e serviços de acordo com suas necessidades e preferências, inserindo-os em bolhas algorítmicas, na qual os filtros selecionam os produtos que serão disponibilizados ao consumidor, portanto a pesquisa de Amaral (2020) questiona se a algoritmização da vida tem deixado os consumidores livres para gozarem seus direitos básicos?

Quadro 3 - Produção acadêmica 3

Autor: Marcela Joelsons.

Título: Fronteiras do legítimo interesse no tratamento de dados pessoais : um estudo em direito comparado.

Ano: 2021.

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Programa de pós-graduação: Mestrado.

Palavras-chave: Proteção de dados pessoais, Direito comparado, Direito do consumidor.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da BDTD, 2023.

Em estudo realizado por Joelsons (2021) se discute o legítimo interesse como fundamento legal para o processamento de dados pessoais, o que possibilita, segundo a autora, a abertura do sistema de proteção de dados, trazendo adaptabilidade às constantes mudanças geradas pela tecnologia, bem como permitindo a sistematização de novos casos concreto. Nesta pesquisa (JOELSONS, 2021) realiza-se um estudo comparativo do desenvolvimento legislativo, doutrinário e jurisprudencial, do interesse legítimo como fundamento legal para o tratamento de dados no Brasil e na União Europeia, objetivando traçar os possíveis caminhos para aplicação de outras bases legais face ao ordenamento jurídico brasileiro.

Quadro 4 - Produção acadêmica 4

Autor: Sthéfane Alves Vasconcelos;

Título: A proteção dos dados pessoais e tutela da vulnerabilidade do consumidor frente à tecnologia da mineração de dados;

Ano: 2022

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia;

Programa de pós-graduação:

Palavras-chave: mineração de dados, Consumidor, vulnerabilidade, autodeterminação, responsabilidade;

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da BDTD, 2023.

Outras importantes investigações são as de Vasconcelos (2022), Moribe (2022) e Almeida (2021). Na primeira, Vasconcelos (2022) discute a mineração de dados como uma das principais tecnologias presentes em praticamente todas as aplicações de dados em informações. Desta forma, frente a vulnerabilidade do consumidor, a pesquisa busca problematizar a efetividade de uma proteção constitucional, reforçada pela LGPD, a ensejar ao consumidor a preservação dos seus direitos fundamentais e o livre desenvolvimento da personalidade, de modo a viabilizar seu empoderamento neste ambiente tecnológico.

Quadro 5 - Produção acadêmica 5

Autora: Gabriela Tiemi Moribe.

Título: A proteção de dados pessoais na Secretaria Nacional do Consumidor (2019-2021).

Ano: 2022.

Instituição: Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Programa de pós-graduação: Mestrado

Palavras-chave: Proteção de dados pessoais; privacidade; direito do consumidor; Senacon; LGPD.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da BDTD, 2023.

No estudo de autoria de Moribe (2022), a proteção de dados pessoais é investigada a partir da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

A pesquisa analisa 33 notas técnicas públicas relacionadas às averiguações preliminares e processos administrativos conduzidos pela Senacon entre fevereiro de 2019 e julho de 2021 para identificar as palavras-chave que traduzem a “gramática” adotada pelo órgão nos casos de proteção de dados, com o objetivo de compreender como a abordagem da Senacon à proteção de dados pessoais (MORIBE, 2022, p. 09)

A dissertação de Moribe (2022) faz revelar a principal diferença entre a abordagem da Secretaria e o paradigma normativo da LGPD, que se dá pelo fato de a SENACON adotar o pressuposto normativo da vulnerabilidade do consumidor como recorte para a utilização e/ou uso indevido de dados desta população.

Quadro 6 - Produção acadêmica 6

Autor: Gustavo Palheiro Mendes de Almeida.

Título: Proteção de dados no contrato de plano de saúde: aspectos jurídicos da LGPD na experiência do consumidor.

Ano: 2021.

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Programa de pós-graduação: Mestrado.

Palavras-chave: Plano de saúde, Assistência à saúde privada, Saúde suplementar, Direitos de proteção de dados pessoais, Privacidade, Lei geral de proteção de dados, Dados sensíveis, Beneficiário – consumidor.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da BDTD, 2023.

Já em Almeida (2021), a pesquisa realizada na dissertação apresenta alguns aspectos jurídicos da LGPD, particularmente os relacionados aos planos de saúde, possibilitando uma analítica das regras que tutelam as operações de tratamento de dados pessoais.

Considerações finais

A pesquisa exploratória possui abordagem qualitativa com análise de conteúdo baseada na coleta de dados na BDTD, utilizando-se dos descritores “LGPD” e “Direito do Consumidor” e uma revisão de literatura pautada no campo investigativo. Tendo em vista os estudos relacionados, procurou-se apresentar os principais elementos das investigações, suas contribuições e, a partir dos subsídios apontar as perspectivas crescentes nas áreas de interesse.

Entende-se que a Lei 13.709/2018 (LGPD) chegou no Brasil com o intuito de promover um cenário de segurança jurídica, através da padronização de normas e regulamentos, visando proteger os dados pessoais da população. No entanto, o que se verifica, mesmo passado quatro (04) anos de sua publicação é um total desconhecimento da norma, bem como descumprimento da mesma, relevo às relações de consumo, já que seguidamente dados como nome, RG, CPF, gênero, data e/ou local de nascimento, telefones, endereços, dentre tantos elementos sensíveis, circulam virtualmente sem critérios e nenhum mecanismo de controle e regulação.

Assim, o presente estudo se debruçou sobre as investigações, procurando entender as principais interfaces em que a LGPD e as relações consumeristas podem dialogar. Por fim, importa dizer que este resumo pretende ser um ponto de partida e de inflexão entre a prática cotidiana das relações de consumo e a proteção de dados pessoais, com olhar recortado sobre as produções acadêmicas (dissertações) disponíveis no banco de dados da BTCD.

Referências bibliográficas

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de Dados Pessoais a Função e os Limites do Consentimento. 3ª ed. São Paulo. Editora Forense, 202.

BRASIL. Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm Acesso em 29 jul 2023.

BRASIL. Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019). Brasília, DF: Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm Acesso em 29 jul 2023.

DONEDA, Danilo. Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais. 3ª ed. São Paulo. Thomson Reuters Brasil, 2021.

IMB, Security. Relatório de custo da violação de dados. São Paulo. 2022. Disponível em: <https://www.ibm.com/downloads/cas/NNZMWXZL> Acesso em 29 jul 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/> Acesso em 29 jul 2023.

O'NEIL, Cathy. Algoritmos de Destruição em Massa. Como o Big Data Aumenta a Desigualdade e Ameaça a Democracia. 1ª ed. Santo André. Editora Rua do Sabão, 2020.

PALHARES, Felipe, PRADO, Luis Fernando e VIDIGAL, Paulo. Compliance Digital e LGPD. Coleção Compliance. São Paulo. Thomson Reuters Brasil, 2021

PINHEIRO, Patrícia Peck, LIMA, Ana Paula Moraes Canto e CRESPO, Marcelo. LGPD Aplicada. São Paulo. Editora Atlas, 2020.

UNIÃO EUROPEIA. Lei nº 2016/679 de 04 de maio de 2016. Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGDP). EU: Disponível em: <https://gdprinfo.eu/pt-pt> Acesso em 30 jul 2023.

UNIÃO EUROPEIA. Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995. Relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. UE. Disponível em UNIÃO EUROPEIA. Lei nº 2016/679 de 04 de maio de 2016. Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGDP). EU: Disponível em: <https://gdprinfo.eu/pt-pt> Acesso em 30 jul 2023.

ANEXOS

1 - Proteção de dados no contrato de plano de saúde: aspectos jurídicos da LGPD na experiência do consumidor

Autor: Gustavo Palheiro Mendes de Almeida;

Título: Proteção de dados no contrato de plano de saúde: aspectos jurídicos da LGPD na experiência do consumidor;

Ano: 2021;

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP);

Programa de pós-graduação: Mestrado;

Palavras-chave: Plano de saúde, Assistência à saúde privada, Saúde suplementar, Direitos de proteção de dados pessoais, Privacidade, Lei geral de proteção de dados, Dados sensíveis, Beneficiário – consumidor;

Resumo: A presente dissertação de mestrado tem por objetivo apresentar alguns aspectos jurídicos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais relacionados ao plano de saúde. Esta Lei circunscreve uma série de regras que tutelam as operações de tratamento de dados pessoais e afeta quase todos os segmentos econômicos. O setor de saúde suplementar, que exerce papel social relevantíssimo para evitar ou amenizar as perdas financeiras em caso de doenças, ocupa lugar de destaque diante dos impactos da Lei por operar necessariamente com dados sensíveis como insumo de sua atividade. Por isso, todos os contratos de planos de saúde deverão se adequar à novel legislação para proporcionarem uma experiência de consumo em conformidade com o novo paradigma de proteção de dados pessoais incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro.

2 - *A proteção de dados pessoais na Secretaria Nacional do Consumidor (2019-2021)*

Autora: GABRIELA TIEMI MORIBE

Título: A proteção de dados pessoais na Secretaria Nacional do Consumidor (2019-2021)

Ano: 2022;

Instituição: Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas;

Programa de pós-graduação: Mestrado

Palavras-chave: Proteção de dados pessoais; privacidade; direito do consumidor; Senacon; LGPD.

Resumo: A expressão “uso indevido de dados” é corriqueiramente utilizada pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) para descrever as condutas que ensejam os procedimentos administrativos instaurados pelo órgão em temas relacionados à proteção de dados pessoais. À medida que a Senacon se engaja na supervisão e fiscalização de condutas relacionadas à privacidade e à tutela de dados pessoais de consumidores, questões como a forma que a Secretaria tem atribuído sentido à expressão “uso indevidos de dados” e mobilizado conceitos jurídicos para interpretar e decidir esses casos se tornam relevantes para entender como o regime jurídico da tutela dos dados pessoais tem sido mobilizado – “em ação” – pela Senacon. A pesquisa analisa 33 notas técnicas públicas relacionadas às averiguações preliminares e processos administrativos conduzidos pela Senacon entre fevereiro de 2019 e julho de 2021 para identificar as palavras-chave que traduzem a “gramática” adotada pelo órgão nos casos de proteção de dados, com o objetivo de compreender como a abordagem da Senacon à proteção de dados pessoais se relaciona com os conceitos, regras e pressupostos normativos advindos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei 13.709/2018). A pesquisa conclui que, embora exista sobreposição e utilização de conceitos análogos aos da LGPD pela Senacon, a principal diferença entre a abordagem da Secretaria e o paradigma normativo da LGPD (que se fundamenta na garantia de direitos e prerrogativas para o exercício individual da autodeterminação informativa pelos titulares de dados pessoais) se dá pelo fato de a Senacon adotar o pressuposto normativo da vulnerabilidade do consumidor como lente interpretativa nas decisões sobre “usos indevidos de dados”. Essa abordagem protetiva ao consumidor pelo reconhecimento da sua vulnerabilidade no contexto do uso de seus dados pessoais é o que caracteriza a “gramática” adotada pela Secretaria nos casos estudados.

3 - A proteção dos dados pessoais e tutela da vulnerabilidade do consumidor frente à tecnologia da mineração de dados.

Autor: Sthéfane Alves Vasconcelos;

Título: A proteção dos dados pessoais e tutela da vulnerabilidade do consumidor frente à tecnologia da mineração de dados;

Ano: 2022

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia;

Programa de pós-graduação:

Palavras-chave: mineração de dados, Consumidor, vulnerabilidade, autodeterminação, responsabilidade;

Resumo: O Direito é condicionado pelas realidades do meio em que se manifesta, sendo que a contemporaneidade trouxe novos desafios, pois temas que sequer eram preocupação jurídica, passaram a exigir análise e regulamentação. Novos interesses e situações jurídicas, tanto patrimoniais quanto existenciais, surgem por meio do avanço da tecnologia, sendo necessário se adotar novos paradigmas a fim de conciliar a rapidez da evolução tecnológica com a proteção jurídica dos direitos fundamentais do indivíduo, especialmente do consumidor, parte reconhecidamente vulnerável na relação de consumo. A chamada Mineração de Dados é uma das principais tecnologias presente em praticamente todas as aplicações computacionais utilizadas pela sociedade, e faz parte de uma série de avanços que coadunam com o início de uma era de transformação de dados em informações. A vulnerabilidade do consumidor não é tema novo, já sendo abordado no Código de Defesa do Consumidor, no entanto, diante dos contornos da sociedade contemporânea, marcada pela fluidez das relações e consequente fragilidade da segurança jurídica, tem-se um novo viés da vulnerabilidade do consumidor na seara digital, o que pode ferir, até mesmo, seu livre desenvolvimento da personalidade. Para cumprir o objetivo desta pesquisa, adotando-se o método dedutivo, realizou-se investigação de base teórica, com compilação e revisão bibliográfica sobre os temas expostos, com foco na análise de textos nacionais e estrangeiros e também de documentos normativos, como a Constituição Federal de 1988, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei Geral de Proteção de Dados. Busca-se averiguar a efetividade de uma proteção constitucional, reforçada pela LGPD, a ensejar ao consumidor a preservação dos seus direitos fundamentais e o livre desenvolvimento da personalidade, de modo a viabilizar seu empoderamento neste ambiente tecnológico. E, por meio de uma releitura da responsabilidade civil, com a adoção da Teoria do Diálogo das Fontes, expõe-se sobre a possibilidade da formação de uma norma de proteção fundamental, concluindo-se pela necessidade de novas posturas e posicionamentos jurídicos a fim de garantir um nível consistente de proteção dos consumidores, de modo que haja harmonia e equilíbrio com o desenvolvimento tecnológico.

4 - **Vulnerabilidade social na sociedade da informação: a algoritmização da vida cotidiana e a violação de direitos dos consumidores inseridos no filter bubble**

Autor: Ricardo Garcia Amaral;

Título: VULNERABILIDADE SOCIAL NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: A algoritmização da vida cotidiana e a violação de direitos dos consumidores inseridos no filter bubble;

Ano: 2020;

Instituição: Universidade Federal de Pelotas;

Programa de pós-graduação: Mestrado

Palavras-chave: Algoritmos. Inteligência Artificial. Filtro Bolhas. Consumidor. Violação Direitos. Privacidade. Liberdade de Escolha.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar as consequências do avanço tecnológico na vida do consumidor nos dias de hoje, analisando se ainda podem gozar de direitos fundamentais como o da liberdade de escolha, informação e da privacidade. Muitos dos avanços decorrem da Inteligência Artificial que é dotada de capacidade de aprendizado e de adaptação, diante da atuação dos algoritmos, o que possibilita interpretar as informações disponibilizadas na internet pelos consumidores. A partir de todas as informações coletadas, as empresas conseguem oferecer aos consumidores produtos e serviços de acordo com suas necessidades e preferências, inserindo-os em bolhas algorítmicas, na qual os filtros selecionam os produtos que serão disponibilizados ao consumidor. Com o objetivo de analisar esta problemática é feita uma análise da atual sociedade da informação e a atuação da Inteligência Artificial e dos algoritmos na vida dos cidadãos, questionando se a algoritmização da vida tem deixado os consumidores livres para gozarem seus direitos básicos. Por fim, é analisada se a legislação existente tem assegurado que os consumidores possam exercer seus direitos sem a interferência das novas tecnologias, analisando as legislações do Uruguai, da Argentina, do México, dos Estados Unidos, a LGPD e a RGPD – que é considerado o modelo mais moderno e completo na proteção de dados.

5 - Desafios para o consumo sustentável de crédito: a tutela dos (hiper)vulneráveis entre o superendividamento e o cadastro (im)positivo;

Autor: Leandro Carvalho dos Santos lattes Silva;

Título: Desafios para o consumo sustentável de crédito: a tutela dos (hiper)vulneráveis entre o superendividamento e o cadastro (im)positivo;

Ano: 2020;

Instituição: Centro Universitário de João Pessoa

Programa de pós-graduação: Mestrado

Palavras-chave: Superendividamento, Consumidor, Concessão de crédito, Cadastro positivo, Inadimplência;

Resumo: A presente pesquisa se destina a analisar o superendividamento do consumidor, pessoa física, apontando a necessidade de uma tutela jurídica para combater esse fenômeno, cada vez mais, presente na sociedade. O crédito pode ser considerado um fator de crescimento econômico para a população. No entanto, sua concessão, sem atenção aos pressupostos mínimos para contratação, pode levar as pessoas à ruína financeira. O presente estudo procura demonstrar a necessidade de uma proteção jurídica ao consumidor com endividamento crônico. A tutela preventiva evita o aumento do número de consumidores colocados em situação de impossibilidade de adimplir suas obrigações. É preciso também proteger aqueles que já se encontram em situação de endividamento permanente. Nesse contexto, apresenta-se a relação entre o cadastro positivo e os postulantes ou concedentes de crédito, como um fator de redução de juros e do percentual de inadimplentes. Foram analisados o projeto de Lei nº 3.515/2015 e a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011), com as alterações feitas pela Lei Complementar nº 166/2019. A primeira tem por objetivo aperfeiçoar o sistema de concessão de crédito ao consumidor, dispondo sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. A lei complementar busca promover mudanças no sistema de cadastramento do consumidor em banco de dados, determinando inclusão automática. Depois são investigados os bancos de dados de informações de crédito de consumidores de outros

países. De posse desses elementos, faz-se a análise dos possíveis efeitos da sua efetivação no Brasil. Por fim, destacam-se as vantagens do cadastro positivo para os sujeitos da relação creditícia, bem como sua influência na mudança de comportamento dos consumidores.

6 - Fronteiras do legítimo interesse no tratamento de dados pessoais : um estudo em direito comparado.

Autor: Marcela Joelsons;

Título: Fronteiras do legítimo interesse no tratamento de dados pessoais : um estudo em direito comparado;

Ano: 2021;

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Programa de pós-graduação: Mestrado;

Palavras-chave: Proteção de dados pessoais, Direito comparado, Direito do consumidor;

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar o legítimo interesse como fundamento legal para o processamento de dados pessoais, conforme disposição do artigo 7º, inciso IX, da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (LGPD). Referida hipótese autorizativa ganhou força ante a crise do consentimento e se difere deste por não ser sustentada no direito à autodeterminação informativa do titular dos dados, mas no interesse do responsável pelo tratamento de dados pessoais. A base legal do interesse legítimo possibilita a abertura do sistema de proteção de dados, trazendo adaptabilidade às constantes mudanças geradas pela tecnologia, bem como permitindo a sistematização de novos casos concretos. Esse fundamento de licitude teve origem no artigo 7º (f) da Diretiva 95/46/CE, tendo sido posteriormente replicado junto ao artigo 6º/1 (f) do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. Todavia, desde sua concepção, sofreu críticas pela doutrina devido ao elevado grau de abstração, bem como pelas dificuldades interpretativas que suscita. Assim, tendo em vista que a legislação brasileira foi baseada no modelo europeu, é proposto um estudo comparativo do desenvolvimento legislativo, doutrinário e jurisprudencial, do interesse legítimo como fundamento legal para o

tratamento de dados na União Europeia, visando traçar os possíveis caminhos para uma adequada aplicação dessa base legal no ordenamento jurídico brasileiro. Ao final, através do princípio da boa-fé, que possui grande influência no direito privado brasileiro e é tido como elemento central na LGPD, bem como de um diálogo desta legislação com o Código de Defesa do Consumidor, à luz da Constituição Federal, propõe-se a concreção do legítimo interesse, para que sejam traçadas as fronteiras ao uso da base legal no ordenamento jurídico nacional.

ⁱ Utilizou-se de “Anexos” como elemento pós-textual a este resumo expandido, a fim de elencar os principais dados referentes a cada uma das pesquisas analisadas.